

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: agregando, incluindo e almejando oportunidades

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : agregando, incluindo e almejando oportunidades 1 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5706-418-4

DOI 10.22533/at.ed.184202509

1. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Importante contar ao leitor, antes de apresentar com mais detalhe as características desta obra, o contexto em que ela se insere, marcando bem o lugar histórico que a circunscreve.

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficaz medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angustias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste volume.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades. Portanto, as discussões empreendidas neste volume de “***Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente.

Este livro, ***Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades***, reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, entre outros. Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NO SÉCULO XXI	
Elisangela Alves dos Reis	
Patrícia de Oliveira Santana	
Patrícia Sanches Hipolito	
DOI 10.22533/at.ed.1842025091	
CAPÍTULO 2	13
METODOLOGIAS DE ENSINO APRENDIZAGEM, EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: REFLEXÕES TEÓRICO-PRÁTICAS	
Elis Regina Vasconcelos Farias	
Francisco Jadson Franco Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.1842025092	
CAPÍTULO 3	22
AVALIANDO AS BANCAS AVALIADORAS. CONTRIBUIÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DA GESTÃO ESCOLAR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Anderson Paulino de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1842025093	
CAPÍTULO 4	34
PROJETO EAD NA COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA SÃO DOMINGOS NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS/ES	
Rosanni Machado da Costa	
Sônia Maria da Costa Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.1842025094	
CAPÍTULO 5	53
HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NA SALA DE AULA: PERSPECTIVAS PARA LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO	
Tatiana da Conceição Gonçalves	
Mônica do Socorro de Jesus Chucre	
DOI 10.22533/at.ed.1842025095	
CAPÍTULO 6	63
A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: MAPEAMENTO DE DISSERTAÇÕES E TESES NO BRASIL (2005-2020)	
Aldirene Pinheiro Santos	
Uilde de Santana Menezes	
Degenaura Gomes de Andrade Stefaniu	
Antônio Perez Stefaniu	
DOI 10.22533/at.ed.1842025096	

CAPÍTULO 7	76
DO RIO SÃO FRANCISCO AO SERTÃO NA CARAVANA ALAGOANA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
Mércia Lamenha Medeiros	
Lenilda Austrilino	
Auxiliadora Dammiane Pereira Vieira Costa	
Francisco José Passos Soares	
DOI 10.22533/at.ed.1842025097	
CAPÍTULO 8	85
VIVÊNCIAS DOCENTES E A TRANSIÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 5º PARA O 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Andréa Cristina Batista dos Santos	
Anilton Salles Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.1842025098	
CAPÍTULO 9	108
EDUCAÇÃO E RECURSOS TECNOLÓGICOS: CONCEPÇÕES DO MEDIADOR E SUA RELEVÂNCIA PARA O ENSINO INCLUSIVO	
Igor Araújo	
Bruno Araújo de Souza	
Nayara Cardoso Barros	
Carla Heloísa Luz de Oliveira	
Tiffani Carla da Silva Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.1842025099	
CAPÍTULO 10	123
INCLUSÃO QUALIFICADA: O LUGAR DA ESCUTA NO PROCESSO SELETIVO DISCENTE DAS CASAS FAMILIARES RURAIS DO BAIXO SUL DA BAHIA-BRASIL	
Joana Maria de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.18420250910	
CAPÍTULO 11	139
TEORIAS APLICÁVEIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL, SOB A PERSPECTIVA DO COGNITIVISMO: APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA, CAMPOS CONCEITUAIS E TEORIA DOS MODELOS MENTAIS	
Virgínia Maia de Araújo Oliveira	
Rosejane Cristina Almeida Costa	
Giselle Christine Lins Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.18420250911	
CAPÍTULO 12	153
A LDB E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM ESTUDO SOBRE A LEI Nº 4.2461 E A LDB Nº 9394/96	
Jennifer Juliana Barreto Bezerra Costa	
Bárbara Ellen Rebouças Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.18420250912	

CAPÍTULO 13.....	167
A EPISTEMOLOGIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA E SUA RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO DO DOCENTE	
Marlise Márcia Trebien	
Jaci Lima da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.18420250913	
CAPÍTULO 14.....	177
“TDAH DEPOIS DE GRANDE?” IMPLICAÇÕES DA DESCOBERTA TARDIA DO TDAH EM UMA ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA	
Kevin Ferreira Corcino	
Thales Fabricio da Costa e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.18420250914	
CAPÍTULO 15.....	193
A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE GLOBALIZADA – IMPACTOS NA GESTÃO E NA MATRIZ CURRICULAR	
Adelcio Machado dos Santos	
Manoel Leandro Fávero	
Daniel Tenconi	
DOI 10.22533/at.ed.18420250915	
CAPÍTULO 16.....	199
ENSINO FUNDAMENTAL: ROTATIVIDADE DOCENTE E O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NUMA ESCOLA MUNICIPAL EM SÃO MATEUS/ES	
Rita de Cássia Correia Maciel dos Santos	
Sônia Maria da Costa Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.18420250916	
CAPÍTULO 17.....	215
INTERVENÇÕES PARA A APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA DE UM ALUNO AUTISTA	
Cláudia Inês Pelegrini de Oliveira Abreu	
DOI 10.22533/at.ed.18420250917	
CAPÍTULO 18.....	231
CURRÍCULO TRADICIONAL, EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Cecília Aguirre	
DOI 10.22533/at.ed.18420250918	
CAPÍTULO 19.....	243
UM OLHAR CRÍTICO-REFLEXIVO ANTE AOS DESAFIOS DO PNE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OFERTA E QUALIDADE NO MUNICÍPIO DE MANAUS	
Gerlúcia Nascimento de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.18420250919	

CAPÍTULO 20.....	253
MATERIAL DIDÁTICO BILÍNGUE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA INFANTIL: DISPOSITIVOS LEGAIS E INTERDISCIPLINARES	
Ana Maria Vargas da Silva	
Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis	
DOI 10.22533/at.ed.18420250920	
CAPÍTULO 21.....	269
A FORMAÇÃO ACADÊMICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE GOIÁS, PARA QUE ESTAS SEJAM INSERIDAS NO MERCADO DE TRABALHO	
Alda Lucia Souza Lopes da Silva	
Luiz Ortiz Jeménez	
DOI 10.22533/at.ed.18420250921	
CAPÍTULO 22.....	283
OPORTUNIDADES NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: PORQUÊS MATEMÁTICOS NO ENSINO SUPERIOR	
Abigail Fregni Lins	
Sergio Lorenzato	
Danielly Barbosa de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.18420250922	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	298
ÍNDICE REMISSIVO.....	299

CAPÍTULO 4

PROJETO EAD NA COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA SÃO DOMINGOS NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS/ES

Data de aceite: 01/09/2020

Rosanni Machado da Costa

Instituto Vale do Cricaré
São Mateus – ES

Sônia Maria da Costa Barreto

Universidade de São Paulo
São Paulo – SP

RESUMO: Este Artigo é fruto da pesquisa que discorre sobre a necessidade da Educação a Distância – EAD na Comunidade Rural Quilombola São Domingos, no município de São Mateus/ES. Lançamos mão de uma pesquisa descritiva, buscando narrar a educação a partir da ótica da história do africano no Brasil, bem como no contexto das comunidades quilombolas, com a análise de sua constituição, características, potencialidades e desafios na atualidade. A pesquisa é também exploratória, ao aprofundar-se nos conceitos da educação quilombola e as dificuldades presentes no seu cotidiano. Assim, o método de estudo de caso foi desenvolvido para explicitar a questão educacional na comunidade ora citada. Teve como público alvo moradores da comunidade que buscaram se preparar para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA. Desse modo, foi possível refletir sobre a realidade encontrada, o que demonstrou a ausência da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Isto nos motivou ao desenvolvimento de um projeto de intervenção, com metodologia própria, para preparar pessoas da comunidade para as

provas do ENCCEJA. Também foi percebido que a comunidade quilombola onde o projeto de intervenção aconteceu, enfrenta os desafios históricos visíveis nas diferenças culturais da sociedade. Dessa forma, o desenvolvimento da pesquisa oportunizou à Comunidade Quilombola Rural São Domingos, uma abordagem com pedagogia própria, de acordo com os objetivos propostos. Apresentamos como sugestão um Projeto de Intervenção para ser desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação, direcionado à comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Quilombola. Comunidade Rural Quilombola São Domingos. São Mateus/ES. EAD.

EAD PROJECT IN THE RURAL QUILOMBOLA COMMUNITY SÃO DOMINGOS IN THE MUNICIPALITY OF SÃO MATEUS/ES

ABSTRACT: This Article is the result of research that discusses the need for Distance Education - Distance Learning in the Quilombola Rural Community of São Domingos, in the municipality of São Mateus / ES. We used descriptive research, seeking to narrate education from the perspective of African history in Brazil, as well as in the context of quilombola communities, with the analysis of its constitution, characteristics, potentialities and challenges today. The research is also exploratory, as it delves into the concepts of quilombola education and the difficulties present in its daily life. Thus, the case study method was developed to explain the educational issue in the community mentioned above. Its

target audience was community residents who sought to prepare for the National Examination for the Certification of Youth and Adult Skills - ENCCEJA. Thus, it was possible to reflect on the reality found, which demonstrated the absence of Youth and Adult Education - EJA. This motivated us to develop an intervention project, with its own methodology, to prepare people from the community for the ENCCEJA tests. It was also noticed that the quilombola community where the intervention project took place, faces the historical challenges visible in the cultural differences of society. In this way, the development of the research provided the Quilombola Rural São Domingos Community with an approach with its own pedagogy, in accordance with the proposed objectives. We suggest an Intervention Project to be developed by the Municipal Department of Education, aimed at the community.

KEYWORDS: Quilombola Education. Quilombola São Domingos Rural Community. São Mateus/ES. EAD.

1 | INTRODUÇÃO

Como educadora há mais de 20 anos, entendemos que é possível conceber a educação como processo de emancipação e oportunidades significativas ao sujeito-discente. Nesta ótica, a escolha do tema sobre a educação quilombola no município de São Mateus, possibilita que a história e os desafios no campo educacional da comunidade espaço da pesquisa, tenha maior visibilidade.

Baseada na experiência obtida durante a atuação na Comunidade São Jorge, o problema da pesquisa é: como está organizada a Comunidade Rural Quilombola São Domingos no município de São Mateus/ES e quais as suas necessidades referentes à Educação de Jovens e Adultos (EJA)? O objetivo geral: Apresentar a organização Comunidade Rural Quilombola São Domingos, no município de São Mateus/ES e a sua necessidade acerca da EJA. E como objetivos específicos, propomos: Problematizar sobre o negro no Brasil, a formação dos quilombos, bem como a Comunidade Rural Quilombola São Domingos, no município de São Mateus; Discorrer sobre a necessidade da EJA na Comunidade; Apresentar Projeto de Intervenção, a fim de preparar jovens e adultos para as provas do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA.

Assim, utilizamos, além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa-intervenção, a fim de viabilizar a construção de espaços de problematização coletiva junto às práticas de formação e potencializando a produção de um novo pensar/fazer educação. Também lançamos mão de entrevistas, como instrumento aplicado a moradores do quilombo, que cotejou sobre o andamento da pesquisa em questão.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

O processo de chegada dos africanos ao continente americano

frequentemente é tema de discussões e reflexões devido ao seu caráter desumano de traslado. Segundo Amaral (2011), para o Brasil foram trazidos cerca de quatro milhões de africanos para trabalhar compulsoriamente nos mais diversos setores que movimentavam a economia da época.

Esse processo, conhecido como escravidão, durou centenas de anos e ainda hoje, apesar de toda contribuição desse povo à construção da nação, ainda há espaço para questionamentos. Trazidos não só pela necessidade de explorar sua força de trabalho, os africanos também dominavam algumas técnicas de cultivo. Isso significa que o tráfico era muito rentável.

Definido por Ximenes (2000) como “condição de escravo; servidão”, a escravidão foi um processo de dominação humana iniciado no século XV, no continente africano, sob o pretexto de que o mesmo já era algo existente naquela região. O que não fica devidamente explicado é que o referido processo era diferente do que foi desenvolvido na Europa e, posteriormente, nas Américas. Segundo Silva (2011, p. 4),

[...] o conceito de servidão ou mesmo escravidão entre os povos africanos, em geral, estava ligado à sujeição hierárquica de suas sociedades ou às guerras entre povos rivais, nada tendo a ver com o escravismo enquanto negócio.

E sob esse pretexto, a escravidão cresceu largamente nos séculos XVI e XVII, devido à necessidade de mão de obra especializada, após a conquista das Américas. No Brasil, em sua colonização, além de base econômica, a escravidão foi também o fundamento de esferas da vida social e política (SILVA, 2011). Uma vez em território brasileiro, os que conseguiam sobreviver à captura e a travessia pelo Atlântico, eram confrontados com uma realidade severa e humilhante. Aqui, segundo Albuquerque (2006), eles eram levados a armazéns próximos ao porto, alimentados, lavados, besuntados em óleo para disfarçar as feridas na pele, tratados mentalmente a fim de evitar suicídios e, posteriormente, leiloados.

Albuquerque (2006, p. 43) afirma que, “[...] através do tráfico africano, os portugueses puderam colonizar o território que mais tarde passaria a se chamar Brasil”. Estes participaram ativamente na construção da identidade do povo brasileiro e contribuído para construção da cultura, tradições, religião e idioma.

E ainda:

Pode-se definir, em nível de Brasil, que a cultura que cerca seus habitantes é uma herança social provinda dos portugueses, italianos, espanhóis, índios e negros. Sobretudo os últimos deixaram sua cultura evidente principalmente considerando sua trajetória pelo Brasil, sua história carregada de sofrimentos e preconceitos que se perpetuam, ao lado da cultura, até os dias de hoje (BATISTA, 2009, p. 2).

Evidentemente, a história do negro escravizado no Brasil não se constituiu somente de submissão. Várias foram as formas de resistência à violência sofrida, com revoltas, fugas, assassinato de senhores, abortos, tentativas de suicídio e suicídio (principalmente por afogamento e por ingestão de terra) (SILVA, 2011).

Entretanto, de todas as formas de resistência, a que nos importa para o presente estudo é a sua materialização através dos quilombos.

Ainda segundo Silva (2011, p. 8),

[...] a resistência negra muitas vezes foi marcada por uma territorialidade, os quilombos, estes livres e sagrados foram uma das primeiras formas de defesa dos negros, contra não só a escravidão, mas também à discriminação racial e o preconceito.

Os quilombos ou mocambos existem desde a época colonial e podem ser encontrados ainda hoje em suas comunidades remanescentes. Algumas delas, aliás, nascidas no próprio contexto da escravidão. A sua representatividade na imaginação dos que a ele recorriam sempre foi a mesma: liberdade. No quilombo, os negros viviam sob forma de partilha de alimentos e atividades para o bem comum, apesar de desavenças e desigualdades presentes no dia-a-dia.

No município de São Mateus também houve a organização de quilombos, que deram origem aos quilombolas, assunto de interesse do presente estudo.

Nardoto afirma que,

As notícias que se encontram a respeito de quilombos na região de São Mateus asseguram que eram pequenos e que havia um, um pouco maior, dentro dos limites da fazenda Campo Redondo, de propriedade do comendador Reginaldo, filho de Dona Rita. Era o quilombo do Negro Rugério, ou Rogério (2016, p. 150).

Ainda de acordo Nardoto (2016), esse quilombo do Negro Rugério, localizado nas proximidades do córrego Santana e do córrego São Domingos, corresponde hoje ao povoado de Santana, em Conceição da Barra. Essa localidade fica dividida entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra.

Acreditamos que a chegada dos escravizados em São Mateus tenha ocorrido desde o início da colonização, devido a necessidade de mão de obra.

Todo o processo histórico relativo a São Mateus nos três primeiros séculos de existência como aldeia, vila e município foi marcado predominantemente pela produção agrícola, em especial pela fabricação e exportação de farinha de mandioca, um dos componentes mais importantes da alimentação brasileira até bem pouco tempo (NARDOTO, 2016, p. 144).

Após a escravidão, em São Mateus, assim como em várias cidades do Brasil, alguns fazendeiros conseguiram manter os ex-escravos aos seus serviços. Uns em

troca de pagamento, outros em troca de pedaços de terra para sua subsistência. Nardoto (2016, p. 158) afirma que, “[...] os ex-cativos da fazenda de Olindo Gomes dos Santos ganharam terra do seu filho Arthur Santos, que era casado com uma ex-escrava. Essas terras deram origem às atuais comunidades de Serraria e São Cristóvão”.

Responsável pelo sofrimento de milhões de homens e mulheres, incluindo crianças, o comércio de escravos foi impulsionado principalmente pela necessidade portuguesa de produzir alimentos que tinham alta demanda na Europa, como pontua Leite (2017, p. 1),

[...] para garantir uma produção agrícola em grande escala e extraordinários lucros, foi instituído o tráfico e a escravização desregada de homens e mulheres no empreendimento colonial português dentro do Brasil.

Para o Espírito Santo, o tráfico de escravos, de forma direta, tem seu primeiro registro oficial datado de 1621. Entretanto, acredita-se que os escravos africanos já estivessem no estado, talvez desde 1540, com o início do plantio de cana-de-açúcar.

Pode-se afirmar sua presença, com certeza, desde 1550, conforme a arrematação dos bens de um feitor da capitania, pois nesse documento aparecem listados 12 escravos. Também é necessário destacar que os historiadores são unânimes em afirmar que a Capitania do Espírito Santo era uma das que mais fazia contrabando de escravos (MACIEL, 2016, p. 64).

Nesse período, o Espírito Santo era uma província essencialmente agrícola e a urgência de incorporar lucros, através da agricultura, intensificou a necessidade por mão-de-obra escrava. De acordo com Nardoto (2016), a cana-de-açúcar era a principal riqueza mundial da época, o que tornaria compreensível a ânsia do colonizador em conseguir escravos. Nardoto (2016, p. 144) confirma que “[...] juntamente com a cana de açúcar, a mandioca e, posteriormente, as minas e o café requeriam braços fortes para o trabalho do campo. Daí o incremento significativo da população negra na Província do Espírito Santo”.

Havia outras atividades exercidas pelos escravos, além da agricultura.

Nesse caso, é necessário destacar que os negros exerceram todos os tipos de trabalhos rurais e urbanos existentes. Mas é importante destacar que muitas dessas atividades requeriam inteligência, iniciativa e conhecimentos técnicos, como o extrativismo mineral e vegetal; os serviços domésticos de todos os níveis; o artesanato e as manufaturas com argila, madeira, couro e metais; os trabalhos como tripulantes de embarcações fluviais e marítimas; pescadores; artistas; ferreiros; consertadores de armas e serralheiros; criadores de animais etc. (MACIEL, 2016, p. 87).

Diante do exposto, acreditamos na contribuição da força de trabalho escrava em toda atividade geradora de lucros do contexto histórico da época. Foram também protagonistas na formação cultural brasileira.

Escravizados e libertos, interagindo, a partir de seus saberes e costumes, com as outras nações africanas, inclusive com as culturas ameríndias, caboclas e ibéricas, foram agentes criativos de novas formas de sociabilidade e pertencimento. Os vários povos subsumidos na nação mineira participaram e se organizaram nas irmandades católicas, com suas folias e batuques, de onde emergiram reisados, maracatus, bumbas meu boi e tantas outras manifestações da cultura popular negro-brasileira. Os “africanos ocidentais”, jejes e nagôs, forneceram o modelo organizacional de formas rituais e de associativismo religioso que resultaram no candomblé da Bahia, no xangô de Pernambuco e no tambor de mina do Maranhão. Eles contribuíram também na culinária regional, com o azeite de dendê, por exemplo, e influenciaram as formas rítmicas da musicalidade nacional. Essa herança cultural, plural e complexa teve ainda desdobramentos na história intelectual do país, centrando debates sobre identidades negras, patrimônio e políticas públicas que atravessam a academia, os movimentos negros e as instituições do Estado. Todavia, dinâmicas transnacionais em volta da cultura yorubá continuam a interligar o Brasil com o continente africano e sua diáspora atlântica (SCHWARCZ et al., 2018 p. 44).

Ainda de acordo com Schawarcz (2018), não existia uma única cidade no Brasil, que não tivesse a incidência da população negra.

Havia sempre uma considerável incidência de população negra de muitas origens - basicamente africanos -, que vincaram o espaço urbano com suas identidades, linguajar, roupas e costumes. Escravos eram mensageiros, carregadores, cozinheiros, quituteiros, barbeiros, ferreiros, catadores de piolho, curandeiros, e executavam todo tipo de trabalho que se possa imaginar (SCHWARCZ et al., 2018 p. 24).

Assim, além da indiscutível contribuição dos escravizados para construção econômica do Brasil, estes também contribuíram para construção da identidade cultural. No Espírito Santo, as fugas, rebeliões e formação de quilombos aconteceram de forma abrangente. De acordo com Maciel (2016, p. 103), “[...] o número de quilombos era tão grande que praticamente espalhavam-se por quase todo o território da província”.

3 I PERCURSO METODOLÓGICO

Lançamos mão de uma pesquisa intervenção, como meio para alcançar os objetivos pretendidos. A intervenção retrata a necessidade de os remanescentes quilombolas terem acesso à educação, principalmente no que diz respeito à EJA, tendo em vista a sua constituição, características, potencialidades e desafios na

atualidade.

Para coleta de dados, utilizamos a entrevista em grupo para ser aplicada com os participantes da comunidade quilombola referida. Os moradores foram submetidos a uma conversa informal e em grupo para conhecimento de sua realidade social e educacional. Além disso, houve relato de experiência, a partir da percepção dos professores voluntários, participantes da intervenção.

Localizado no interior do Espírito Santo, a 245 km de Vitória, o município de São Mateus limita-se ao norte com os municípios de Boa Esperança, Pinheiros e Conceição da Barra; ao sul com São Gabriel da Palha, Vila Valério, Linhares e Jaguaré; a Leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Nova Venécia. O território do atual município de São Mateus foi primitivamente habitado pelos índios Aimorés. Os primeiros colonizadores chegaram em 1544 e estabeleceram um núcleo populacional à margem direita do rio Cricaré.

4 I A EDUCAÇÃO DE NEGROS E ESCRAVOS NO BRASIL

Ao buscar compreender o processo histórico da educação brasileira, torna-se evidente, em sua construção, as omissões, falhas, retrocessos e, principalmente, as lutas das classes que buscaram e buscam defender o seu direito ao acesso educacional. Entretanto, dentre as esferas de exclusão ora citadas, apenas aquela relacionada à condição de escravo foi abordada no presente tópico por ser de interesse do trabalho. Durante o período em que a escravidão foi legal no Brasil, um decreto de proibição da escolarização dos escravos foi promulgado. De acordo com Fonseca (2002, p. 29), essa exclusão pode ser compreendida sob dois prismas:

Primeiro, pelo perigo que uma educação voltada para o desenvolvimento das faculdades intelectuais poderia representar para a estabilidade da sociedade escravista; e, segundo, pela influência negativa que os escravos poderiam exercer nos estabelecimentos de ensino. A primeira delas baseia-se em uma concepção de dominação que entendia que os escravos não poderiam ter acesso a práticas como a leitura e a escrita e, muito menos, desenvolver suas faculdades intelectuais. Tais atividades facilitariam sua resistência e favoreceriam a organização de rebeliões que colocariam em perigo uma sociedade onde grande parte da população era composta por escravos.

Apesar disso, a proibição não se estendia aos negros libertos. Todavia, dizer que a educação de negros libertos não era proibida, tão pouco quer dizer que a mesma era incentivada. Segundo Barros (2005 *apud* BASTOS, 2016, p. 5), vários eram os empecilhos impostos para que o negro liberto não conseguisse o acesso a escolarização. Ainda segundo o autor, a falta de vestimentas adequadas, a ausência de um adulto responsável para realizar a matrícula, bem como para adquirir material

escolar e merenda, eram empecilhos impostos aos alunos dessa origem para acessar a escola naquela época.

Com a abolição da escravatura, a maioria dos negros escravizados e nesse momento libertos, foram jogados à própria sorte, sofrendo grandes dificuldades para se incluírem na sociedade. Quem antes os explorava agora não tinha serviço para eles, uma vez que esse deveria ser remunerado.

A partir da década de 1960, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) publicada em 1961, pelo então presidente João Goulart, houve certa ampliação do ensino público no Brasil que permitiu o maior ingresso do negro às salas de aula. Nesta, ficou instituída a educação como um direito de todos, devendo ser ministrada no lar e na escola em igualdade de oportunidades a todos.

Compreendida por comunidades rurais habitadas pelos descendentes dos povos africanos que foram escravizados, os quilombos estão presentes em várias unidades federativas do país. Miranda (2018, p.194) diz que os quilombos atravessam a construção do país e estão intimamente ligados “[...] à diáspora africana, ao racismo no Brasil, aos processos de resistência negra, bem como a cosmologias e territorialidades que compõem especificidades afro-brasileiras”.

De acordo com Leite (2000, p. 3), “[...] o quilombo, então, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser lembrado”. Só recentemente as abordagens socioantropológicas vêm discutir as organizações políticas dos quilombos como uma forma de comunidade.

E foi dentro dessa luta por seus direitos sociais, que as comunidades quilombolas, juntamente com os camponeses, conquistaram o direito a uma educação diferenciada, que valorize a história de seu povo, bem como as suas particularidades. De acordo com Arutti (2017, p. 117), foi exigido dos poderes públicos o reconhecimento “[...] não apenas que o preconceito racial implicou em um agravante da exploração da população pobre e rural, mas também que tais grupos se distinguem por formas próprias de organização social e cultural”.

Dentro dessa busca por reconhecimento, vários momentos no âmbito da política educacional podem ser citados, cabendo aqui destacar a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para inclusão no currículo oficial o ensino obrigatório da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, com posterior alteração, em 2008, para inclusão da parcela indígena.

Pautada pela legislação, o município de São Mateus/ES, regulamenta a EJA através da Resolução nº 2 de 08 de abril de 2008, sendo o Conselho Municipal de Educação o órgão responsável por sua elaboração, com o objetivo principal de “[...] resgatar a qualidade da educação oferecida nos cursos noturnos do Ensino

Fundamental, assegurando aos jovens e adultos a formação básica a que têm direito e que lhe é vital para a conquista de melhores condições de vida”.

Entretanto, o poder público geralmente está preocupado apenas com o corte de gastos. Assim, escolas que não atingem um quantitativo de alunos por turma, são fechadas e os alunos são direcionados a outras que ofereçam esta modalidade de ensino. Entretanto, muitos alunos, com as mudanças, desistem.

Outro fator relevante da EJA, em São Mateus, é que muitos gestores usam essa modalidade como ferramenta de correção de fluxo para aqueles alunos com defasagem, acarretada pelas mazelas da vida, promovendo a juvenilização e trazendo consequências de todas as formas, afetando, assim, a todos.

Recentemente homologada, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pontua o compromisso com a educação integral, e o desenvolvimento de competências necessárias ao saber.

A educação básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam, ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa ainda, assumir uma visão plural singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas diversidades e singularidades (BRASIL, 2017, p. 14).

Apesar disso, o documento não prevê diretrizes voltadas às especificidades da EJA, visto que os participantes de sua elaboração entendem que esta tem que ser contemplada enquanto educação básica, pois, uma diretriz específica pode sugerir uma estigmatização, ou seja, marcas e preconceitos, que levam à exclusão social desses grupos, ficando a cargo das escolas a elaboração de propostas pedagógicas que considerem as necessidades.

[...] as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes.

De forma particular, um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade em idade própria [...] (BRASIL, 2017, p. 15)

Dessa forma, é necessário que os responsáveis pela educação de cada Estado e Município estejam empenhados na formação e construção de currículos e propostas pedagógicas que atendam adequadamente às especificidades locais.

Descendentes de africanos que foram escravizados, os moradores da comunidade Quilombola São Domingos, possuem idade variada. As famílias, em sua maioria, estão inseridas no Número de Identificação Social. De acordo com Loureiro (2006), no Espírito Santo, a produção de celulose teve início nos anos de 1950 com o crescimento da demanda mundial por esse produto, associada as condições favoráveis ao plantio de eucalipto, observadas na região. Nesse contexto, surge.

Loureiro (2006, p. 10) destaca que a Aracruz Florestal S/A recebeu dez mil hectares de terra para o plantio de eucalipto e,

[...] a partir dessa concessão, a empresa Aracruz Celulose S/A não cessou de estender seus domínios, incorporando de forma ilícita em seu território áreas de índios, de quilombolas, de posseiros, de pequenos lavradores.

As plantações de eucalipto apresentaram crescimento contínuo nos anos que se seguiram e no ano de 2005, abrangiam cerca de 3,4 milhões de hectares no país (65% da área de florestas plantadas). No Estado do Espírito Santo, no mesmo ano, eram 204 mil hectares de eucalipto plantados (SILVESTRE, 2007).

A chegada da Aracruz Celulose isolou as comunidades negras rurais, expulsou a população para as periferias urbanas, promoveu intensa fragmentação familiar. A degradação ambiental colocou as comunidades em situação de insegurança alimentar, inviabilizou o sistema produtivo tradicional baseado na agricultura, na pesca, na caça e no extrativismo, transfigurou seus costumes e religiões. A água, antes abundante, está escassa. A monocultura consumiu e/ou poluiu grande parte dos rios córregos do Sapê do Norte. A região hoje recebe recursos federais para o “semiárido”, justamente onde predominava a Mata Atlântica (SILVESTRE, 2007, p.18).

Nos dias atuais, apesar do processo de evolução dessas comunidades estar em avanço, principalmente no que se considera a posse definitiva da terra, várias delas apresentam uma certa estagnação no que diz respeito à manutenção e autossustentância.

Silveira (2012) pontua que, a partir da década de 1960, com a chegada da Aracruz Celulose, as matas começaram a ser destruídas, dando lugar à monocultura de eucalipto, o que resultou, não só na diminuição do espaço dessas comunidades, como também na redução da biodiversidade e no empobrecimento do solo.

A Comunidade São Domingos tem sua economia baseada na agricultura de subsistência, vislumbrando na educação, outras possibilidades de sustentabilidade

financeira. Apesar da vontade em buscar o saber e ampliar os conhecimentos, faltam oportunidades para tal, principalmente no que se refere a EJA. As pessoas na faixa etária em torno de 40 anos não tiveram oportunidade de frequentar uma escola presencial. Entretanto, encontramos o “desabafo” de uma moradora de 39 anos, quando indagada sobre as dificuldades de estudar quando mais nova. Ela afirmou: “Era muito longe. Naquela época não tinha ônibus”.

Vê-se que a disponibilização do transporte escolar para a comunidade aconteceu apenas em 2019. Aproveitando o surgimento da temática, perguntamos sobre a existência de transporte escolar na atualidade. Existe, mas somente para atender as crianças de ensino regular. Sim. O transporte não é disponibilizado para as necessidades de estudantes da EJA. “Para as crianças, sim. Agora os adultos, nós tem que ser independente. Quando nós queria estudar, a gente tinha que dar jeito em moto e carro da gente. É longe e eu estudava todo dia”.

A necessidade de dispor de um transporte próprio para o deslocamento até o meio urbano da cidade de São Mateus, localizada a aproximadamente 30 km, para acesso a uma unidade escolar, mostrou ser um empecilho para progressão educacional. Entretanto, apesar das dificuldades, encontramos nessa comunidade pessoas dispostas a retomar os estudos e que encontraram no ENCCEJA uma oportunidade de fazê-lo, conforme afirma essa mesma moradora, que ainda tem motivação para estudar, pois quer ser exemplo para os filhos:

Eu me arrependo sabe!?! Por que eu parei de estudar eu tinha 18 anos. Aí eu fiquei grávida e parei de estudar. Agora eu quero estudar para incentivar os meus filhos a estudar também. Eu falo com eles direto: eu quero estudar pra vocês estudar também, para não parar. Eu acho interessante também o entender das coisas, por que é difícil pra conseguir as coisas, um emprego se não tiver estudo.

Preocupada em apontar caminhos, diante da presente observação, agregada a ideia de organizar uma ação que promova a educação nesse espaço, surgiu a ideia de um projeto de intervenção junto a esses moradores.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observada a realidade educacional dessa comunidade em relação a EJA, uma intervenção foi desenvolvida, visando auxiliar seus moradores no preparo para a prova do ENCCEJA, apontada durante a conversa entre o grupo de interessados. A referida prova, é um exame aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que permite certificar os saberes adquiridos tanto em ambientes escolares quanto extraescolares para pleitear certificação no nível de conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio (BRASIL, 2020). E ainda de acordo com Brasil (2020, p. 1), “[...] a participação no ENCCEJA é voluntária e

gratuita, destinada aos jovens e adultos residentes no Brasil e no exterior, inclusive às pessoas privadas de liberdade, que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos na idade apropriada”.

Diante da dificuldade que os moradores enfrentam para ter acesso à educação voltada ao ensino de jovens e adultos, o Projeto de Intervenção foi criado e desenvolvido pela pesquisadora visando ajudá-los nesse processo de aquisição de conhecimento preparatório para a prova. Assim, aulas foram ministradas aos sábados, no horário matutino, no período de fevereiro a agosto. Contamos, para tanto, com a ajuda de professores voluntários formados e alunos cursando o Ensino Superior, nas diversas áreas de conhecimento, tais como: Pedagogia, História, Matemática e Ciências.

Tudo foi viabilizado por um morador da comunidade, aluno do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, pois sonha com uma realidade diferente para o seu povo, identificando outras possibilidades de fortalecimento das demandas almejando visibilidade para essa comunidade. Assim, este buscou parcerias para desenvolvimento desta intervenção, como forma de ajudar à comunidade.

Então, quando eu terminei os meus estudos que eu ingressei na universidade, eu pensei assim, no sentido de trazer algo de bom, de retorno pra comunidade pra poder ajudar também, já que desde pequeno eu sempre pensei em trabalhar na área da educação. Então eu pensei em trazer algo de bom pra comunidade voltado pra área da educação também.

No início deste projeto, nós sentimos muita dificuldade, por não ter apoio nenhum para trabalhar com os alunos: o local era de difícil acesso, não tinha material didático-pedagógico, as instalações físicas por empréstimo, eram desconfortáveis. Sem contar o traslado da pesquisadora e demais participantes voluntários.

Para que pudéssemos fazer anotações gerais para a turma, utilizávamos uma lâmina de madeira em substituição ao “quadro” ou lousa, equilibrado de forma precária em um espaço improvisado cedido por um morador em um bar, onde as aulas aconteciam. Apesar do ambiente ser muito simples, rústico e desconfortável, enfrentamos tal situação para que alcançássemos o objetivo proposto e não frustrar as expectativas da turma formada por dez alunos.

Com a carência de material didático (livros e outros recursos), a pesquisadora pensou na possibilidade de conseguir algum material. Surgiu, então, a ideia de solicitar livros de uma instituição educacional privada. E foi atendida.

Nos sábados que se seguiram, após o encontro inicial, professores voluntários ministraram aulas nas diversas áreas de conhecimento, sempre trabalhando com os conteúdos de provas do ENCCEJA de anos anteriores, dando ênfase aos conteúdos

de maior dificuldade para o grupo. A linguagem, oral ou não, propicia a interpretação do mundo e a expressão dessa interpretação, enquanto a leitura permite a releitura, reflexão e ressignificação de ideias, mostrando que quando lemos, temos o poder de descobrir novas possibilidades.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comunidade Rural Quilombola São Domingos em São Mateus/ES enfrenta os desafios históricos das diferenças sociais e culturais, pois mesmo com o reconhecimento legal das políticas públicas, existe o mito da democracia racial. Tal pedagogia propicia o fortalecimento da identidade dos estudantes, como facilitadora do processo ensino/aprendizagem, embora as condições de tempo, estrutura física e material didático não tenham sido suficientes.

Dessa forma, a pesquisa evidenciou a necessidade de oportunizar à comunidade pesquisada, a EJA. Nesse contexto, a pesquisadora percebeu a oportunidade de fazer algo pela comunidade diante dos desafios enfrentados, ofertando aulas com o auxílio de educadores voluntários e comunidade, com objetivo de prepará-los e potencializá-los para a prova do ENCCEJA.

Tal experiência foi muito importante para todos os participantes, sem contar que, após essa trajetória, verificamos que, dos dez alunos matriculados no projeto, três conseguiram passar no exame e os demais ficaram com pendências e a promessa de, com a doação de livros para si e os demais para a comunidade, poderão se organizar melhor para o próximo exame.

No desenvolvimento das propostas didáticas, percebemos que, para promoção da educação quilombola, é importante a existência de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, de modo a articular as vivências dos alunos com o conhecimento escolar, principalmente se tratando da EJA. Trazer o diálogo, tendo como referência a tradição cultural e histórica possibilita o processo de inserção, de empoderamento e visibilidade na sociedade.

Podemos afirmar que cada encontro possibilitou uma experiência rica em aprendizado para todos os envolvidos, pois, dentro da proposta pedagógica, tudo era permeado com muito diálogo e trocas entre docentes e discentes. Os encontros se fortaleciam a cada dia. Laços foram estreitados pela afetividade e respeito mútuo constatado entre os envolvidos.

Assim, estimulamos aqueles que pretendem lançar mão dos seus saberes em prol dos que necessitam, que não hesitem em fazer. Deixamos aqui registrada a nossa experiência, esperando que seja replicada em outras comunidades, quilombolas ou não, em prol de contribuir com a educação do nosso país.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. R.; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

AMARAL, S. P. **História do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.

BASTOS, M. H. C. A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (Séculos XVI a XIX). **Cadernos de História da Educação**, v.15, n.2, p. 743-768, maio-ago. 2016.

BATISTA, L. H. C. S. **A trajetória do negro no Brasil e a importância da cultura afro** (Monografia). Alegre, 2009.

BRASIL. **Lei 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. Acesso em: 17 maio 2019.

_____. **Decreto nº 62.455**, de 22 de março de 1968. Institui a fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62455-22-marco-1968-403852-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 abr. 2020.

_____. **Lei 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 17 maio 2019.

_____. **Movimento Brasileiro de Alfabetização Assessoria de Organização e Métodos MOBRAL**: sua origem e evolução. Rio de Janeiro, 1973.

_____. **Decreto nº 91.980**, de 25 de novembro de 1985. Redefine os objetivos do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, altera sua denominação e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91980-25-novembro-1985-442685-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 27 abr. 2020.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 maio 2019.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**: história. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.

_____. **Lei nº 9.608**, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19608.htm. Acesso em: 27 abr. 2020.

_____. **Lei Nº 10.639**, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática «História e Cultura Afro-Brasileira», e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm. Acesso em: 30 maio 2019.

_____. **Lei nº 11.645**, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 30 maio 2019.

_____. **Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica**. Brasília, DF: CNE, 2010.

_____. **Resolução nº 8**, de 20 de novembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 20 nov. 2012.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.

_____. **Educação quilombola**. Brasília: SEED/MEC, 2017.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

_____. **Enceja**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/enceja>. Acesso em 28 mar. 2020.

CARRIL, L. F. B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22 n. 69 abr.-jun. 2017.

DOMINGUES, P. *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos*. **Tempo** [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP/IMESP, 2000.

FONSECA, M. V. As primeiras práticas educacionais com características modernas em relação aos negros no Brasil. In: CAMPOS, M. M. M. (Org.). **Negro e educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro**. São Paulo: Ação Educativa/ANPED, 2001.

FONSECA, M. V. Educação e escravidão: um desafio para a análise historiográfica. **Revista brasileira de história da educação** nº 4 jul./dez. 2002.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões, conceitos e normativas. **Etnografia**. Vol. IV (2). pp. 333/354, 2000.

LEITE, M. J. S. Tráfico atlântico, resistência e escravidão no Brasil. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana** - Ano X, NºXIX, agosto/2017.

LOUREIRO, K. A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e a “moderna” ocupação das terras indígenas Tupiniquim e Guarani Mbya. **Revista Ágora**, Vitória, n.3, 2006, p. 1-32.

MACIEL, C. **Negros no Espírito Santo**. 2. ed. Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

MIRANDA, L. C. P. A trajetória da EJA no Brasil e suas perspectivas na atualidade. **Seminário de Iniciação Científica**. Eventos do IFNMG - Montes Claros, 2016.

MIRANDA, S. A. Quilombos e educação: identidades em disputa. Educar em disputa. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 193-207, maio/jun. 2018.

NARDOTO, E. O. **História, geografia e economia de São Mateus**. São Mateus: Ed. do Autor, 2016.

ROCHA, E P. G. **O que é etnocentrismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROCHA, M. L. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia Ciência e Profissão**, 2003, 23 (4), 64-73.

SANTOS, A. O. A história da educação de negros no Brasil e o pensamento educacional de professores negros no século XIX. **XI Congresso Nacional de Educação (EDUCERE)**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Curitiba, 2013.

SÃO MATEUS. **Resolução nº. 02**, de 02 de abril de 2008. Regulamenta e estabelece normas para oferecimento da Educação de Jovens e Adultos – EJA no município de São Mateus/ES. Disponível em: <https://www.saomateus.es.gov.br/uploads/conselhosmunicipais/swnk0ch5b6lqyrpoxe49dgzjaf2vit8u13m7.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. S. (Orgs). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, S. R. A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola. **Revista NERA** – Ano 14, Nº. 19 – Julho/Dezembro de 2011.

SILVEIRA, A. F. S. A identidade quilombola e o processo de reconhecimento de terras. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, 2012.

SILVESTRE, D.; RODRIGUEZ, M. E. **Eucalipto/Aracruz Celulose e violações de direito humanos**. Processo de Articulação e Diálogo. Rio De Janeiro, 2007.

XIMENES, S. **Minidicionário Ediouro da Língua Portuguesa**. 2 ed. reform. – São Paulo: Ediouro, 2000.

APÊNDICE I – PROJETO DE INTERVENÇÃO

Tema: Experiências educacionais na formação de professores e atuação dos discentes frente as novas formas de tecnologias de ensino remotas

JUSTIFICATIVA: O direito a uma educação de qualidade e que respeita as especificidades de sua clientela é assunto atual, relevante e que ainda sofre regulações. No que tange a educação quilombola, a necessidade de uma educação desenvolvida na própria comunidade, tem sido abordada nas legislações pertinentes. Entretanto, essa realidade não tem sido observada. Na Comunidade Rural Quilombola São Domingos, observamos a ausência de uma unidade escolar inserida na localidade. Observamos também, a dificuldade que os moradores, que não foram escolarizados em idade regular, enfrentam para ter acesso a escola, pois não existe a oferta de transporte escolar para essa clientela e, o deslocamento até a área urbana nem sempre é possível por meios próprios.

OBJETIVOS: Geral: Promover o acesso à educação na comunidade rural quilombola São Domingos, através da educação a distância, em parceria com a Prefeitura Municipal de São Mateus, no que tange a viabilização do espaço, de ao menos um computador e de acesso à internet. **Específicos:** Discorrer sobre a importância da educação para formação do pensamento crítico, e também como direito fundamental e garantia da dignidade da pessoa humana; Apresentar esse projeto a Prefeitura Municipal de São Mateus, para que a instituição, através do estabelecimento de parcerias, possa viabilizar a realização deste; Discutir sobre as maneiras de viabilização desse projeto, apresentando diferentes estratégias para que o objetivo principal seja alcançado; Incentivar a participação dos profissionais da educação e o engajamento dos discentes nas aulas a distância e nas aulas presenciais que ocorrerão mensalmente.

METAS: A criação de um espaço, na comunidade rural quilombola São Domingos, onde seus moradores tenham acesso a pelo menos um computador com internet, onde eles possam estudar a distância; Viabilizar, através de parcerias, a promoção de aulas a distância que possam auxiliar os moradores da comunidade ora citada, em sua formação educacional; Fomentar o pensamento crítico, através da promoção de uma educação libertadora; Possibilitar aos professores o desenvolvimento de trabalhos junto aos alunos, nos encontros mensais, contribuindo para um melhor desempenho no *ENCCEJA*.

HIPÓTESES: Apoio da Prefeitura Municipal de São Mateus; Participação de docentes, de forma voluntária, das diferentes áreas do conhecimento; Disponibilidade de recursos físicos e tecnológicos; Organização de um cronograma, que seja compatível com o calendário escolar e que possa ser viabilizado no ensino

a distância; Seleção de temas que sejam adequados ao currículo do ENCCEJA; Continuidade do projeto nos anos posteriores, com as devidas adequações caso necessário.

METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS: Esse projeto de intervenção busca promover a prática de aulas a distância, na Comunidade Rural Quilombola São Domingos, para que os participantes possam prestar o ENCCEJA. Para a implementação e execução do projeto é muito importante a contribuição dos poderes públicos, a adesão dos docentes voluntários e, a sensibilidade para trabalhar as dificuldades dos discentes, abordando os assuntos pertinentes ao conhecimento preparatório, respeitando o saber do aluno.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS: ENCONTROS PRESENCIAIS MENSALIS: Em um primeiro momento, a realização do encontro presencial será para esclarecer os moradores quanto aos objetivos desse projeto, as metas, as possibilidades, a viabilização e o efetivo desenvolvimento deste. Nesse encontro, será esclarecido também sobre a prova do ENCCEJA, no que tange a inscrição e realização da referida prova; Em um segundo momento, os moradores que desejarem participar desse projeto, iniciarão seus estudos com docentes voluntários das diferentes áreas do conhecimento. Esses encontros deverão acontecer em espaço construído com recurso público, para a presente finalidade, e que seja equipado com o básico necessário a promoção de uma educação de qualidade. Além disso, o transporte desses docentes voluntários deverá ser viabilizado pela prefeitura do município. Estratégias: aula expositiva sobre os conteúdos pertinentes ao currículo do ENCCEJA. Tempo da atividade: 180 minutos. VÍDEOS E FILMES. Sugerimos a apresentação de vídeos curtos do Youtube que abordem os temas pertinentes ao currículo elaborado para o ENCCEJA; Sugerimos a apresentação de vídeo aula sobre os conteúdos previstos no currículo elaborado em colaboração; SIMULADOS. Organização e viabilização de simulados, de forma que possamos preparar os participantes deste projeto, para o prova do ENCCEJA. Para tal, os temas e questões das provas dos anos anteriores serão trabalhados nas aulas presenciais e a distância. Com a aplicação de simulados, esperamos contribuir na preparação psicológica destes.

CRONOGRAMA E PLANILHA DE CUSTOS: O cronograma de implantação do projeto dependerá da viabilização feita pela Prefeitura Municipal de São Mateus, onde, posteriormente, o cronograma de desenvolvimento deverá ser planejado com todos os agentes envolvidos no projeto, levando em conta a disponibilidade do docente voluntário e também da comunidade ora citada.

AValiação: O presente projeto deverá ser avaliado continuamente, sendo observado os resultados alcançados na prova do ENCCEJA, para que possamos adequá-lo se assim for necessário.

RESULTADOS ESPERADOS: Esperamos contribuir para escolarização dos moradores da comunidade quilombola São Domingos de forma que estes se sintam motivados em prosseguir com a busca pelo conhecimento científico. Assim, almejamos a aprovação dos alunos participantes do projeto na prova do ENCCEJA e, sua continuidade nos estudos. Esperamos também, que esse projeto possa motivá-los na busca de uma realidade diferente.

CONCLUSÃO: Sabemos da importância em ofertarmos um ensino de qualidade, que atenda aos anseios da sociedade e que respeite as especificidades dos discentes. Dentro da educação quilombola essa oferta precisa ocorrer em terras próprias e pautar-se na valorização da identidade desse grupo. No que se refere a escolarização dos moradores da Comunidade Rural Quilombola São Domingos, observamos a inexistência de uma unidade escolar na região. Observamos ainda, a inexistência de transporte escolar para atender os anseios das pessoas que precisam frequentar a modalidade educacional EJA. Assim, propomos o presente projeto de intervenção com vistas a promover a escolarização dessa clientela, promovendo assim a equidade. Para tanto faz necessário seguir todas as estratégias propostas, encontros presenciais, vídeos e filmes e simulados, afim de promovermos a escolarização dos alunos da comunidade ora citada, que não conseguiram fazê-lo em idade regular. Acreditando no caráter transformador que a educação assume, esperamos que esse projeto possa contribuir com a escolarização dos moradores dessa comunidade e gerar subsídios para o desenvolvimento de ações iguais ou semelhantes em outros locais.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 47, 207, 212, 298

Aprendizagem 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 27, 42, 46, 55, 56, 57, 58, 62, 63, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 96, 97, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 124, 127, 129, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 157, 158, 168, 170, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 187, 189, 190, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 227, 228, 229, 230, 233, 234, 237, 238, 239, 241, 242, 256, 257, 258, 259, 260, 266, 267, 269, 270, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 285, 286, 287, 290

Ausubel 139, 140, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Autismo 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 228, 229, 230

Avaliação 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 51, 63, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 89, 105, 124, 142, 158, 164, 171, 174, 186, 187, 189, 191, 236, 256, 267, 275

Avaliação democrática 22, 28, 29

C

Comunidade rural quilombola 34, 35, 46, 50, 51, 52

Contexto escolar 85, 87, 91, 97, 114, 117, 167, 175, 180, 187, 214, 237

Crianças 3, 4, 5, 8, 9, 38, 44, 57, 80, 81, 84, 87, 88, 91, 101, 111, 145, 147, 157, 177, 178, 200, 202, 211, 212, 228, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 263, 264, 266, 267, 274

Crianças surdas 253, 254, 255, 256, 260, 261, 264, 266, 267

Currículo 7, 15, 17, 21, 41, 46, 48, 51, 75, 80, 88, 138, 172, 174, 196, 229, 231, 233, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 258, 273, 276, 279

D

Deficiência visual 63, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 273

Desempenho 21, 23, 24, 25, 27, 28, 31, 50, 65, 87, 91, 93, 97, 106, 164, 179, 192, 199, 200, 201, 206, 211, 212, 213, 270

Dificuldades de aprendizagem 2, 3, 4, 8, 13, 20, 177, 179, 190

E

EAD 34, 35

Educação 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 29, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 80, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 97, 98, 99, 102,

103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 134, 136, 137, 138, 140, 141, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 205, 206, 207, 209, 210, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 290, 294, 296, 297, 298

Educação inclusiva 65, 67, 68, 72, 74, 75, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 118, 121, 192, 218, 229, 253, 254, 255, 256, 260, 264, 266, 267, 269, 270, 271, 275, 276, 277, 279, 282

Educação infantil 2, 73, 157, 160, 162, 163, 207, 243, 244, 246, 247, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 267

Educação matemática 73, 152, 215, 219, 229, 283, 290, 296, 297, 298

Educação quilombola 34, 35, 46, 48, 50, 52

Educador social 123

Ensino 1, 2, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 27, 32, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 124, 125, 126, 127, 134, 136, 139, 140, 141, 145, 146, 147, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 179, 182, 187, 189, 191, 193, 194, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 207, 208, 212, 215, 217, 218, 219, 220, 222, 227, 228, 229, 232, 233, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 247, 249, 251, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 274, 275, 279, 280, 281, 283, 284, 285, 286, 287, 290, 295, 296, 298

Ensino na saúde 76

Escola 1, 5, 8, 9, 13, 16, 20, 21, 23, 26, 27, 28, 29, 31, 41, 44, 50, 55, 56, 60, 61, 62, 64, 67, 74, 76, 78, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 112, 114, 115, 116, 122, 132, 135, 136, 141, 146, 150, 151, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 166, 170, 172, 178, 180, 181, 184, 185, 187, 188, 190, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 222, 223, 229, 232, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 254, 256, 257, 258, 259, 260, 264, 267, 272, 273, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 297

F

Formação 2, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 35, 39, 42, 43, 50, 54, 55, 56, 58, 63, 70, 71, 73, 75, 81, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 96, 103, 104, 112, 113, 114, 115, 116, 121, 122, 125, 126, 127, 132, 133, 135, 136, 138, 151, 153, 154, 155, 156,

157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 190, 192, 194, 195, 202, 207, 209, 212, 217, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 239, 240, 242, 245, 247, 254, 256, 257, 258, 260, 264, 268, 269, 272, 275, 276, 277, 279, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 294, 295, 296, 297, 298

Formação de professores 50, 71, 122, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 173, 174, 175, 176, 178, 190, 192, 231, 232, 233, 235, 237, 242, 258, 275, 285, 294, 295, 298

G

Gestão escolar 22, 26, 31, 98, 198, 207

Globalização 115, 193, 196

H

Hábitos familiares 85

Histórias em quadrinhos 53, 54, 58, 59, 60, 61, 62

I

Impactos 114, 193, 196, 214

Inclusão 41, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 121, 122, 123, 124, 127, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 162, 207, 228, 229, 230, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 275, 278, 279, 280, 281, 282

Inclusão escolar 63, 66, 67, 69, 72, 108, 113, 121, 207, 273, 278

Inclusão qualificada 123, 124, 127, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137

Inovação educacional 76

Intervenção pedagógica 59, 215

J

Jovem agricultor 123

L

Laird 139, 140, 141, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 152

LDB 41, 87, 88, 106, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 239, 250, 252

Leitura 5, 7, 8, 9, 10, 16, 40, 46, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 67, 87, 133, 134, 182, 231, 233, 252, 263, 268, 279, 286, 294, 296

M

Materiais didáticos bilíngues 253, 254, 255, 256, 259, 260, 261, 264, 265, 267

Medicalização 177, 179, 187, 190, 191, 192

Metodologias ativas 13, 16, 19, 21

Métodos 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 47, 75, 105, 135, 151, 152, 159, 179, 197, 229, 252, 257, 258, 296

Multiletramentos 231, 233, 235, 239, 240, 241, 242

P

Pedagogia crítico-reflexiva 243

Pedagogia da alternância 123, 125, 126, 138

PNE 243, 244, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 256, 258

Políticas públicas 39, 46, 64, 67, 205, 213, 232, 235, 243, 246, 251, 256, 281

Posturas educativas 167, 168, 169, 171, 172, 175

Prática pedagógica 3, 6, 7, 71, 74, 109, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 237, 239, 240, 274

Processo pedagógico 108, 112, 115, 116, 221, 262

Processo seletivo 22, 23, 32, 123, 124, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 210

Produção textual 53, 60, 61, 62

Professores 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 19, 20, 23, 26, 29, 40, 45, 49, 50, 54, 57, 59, 63, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 85, 90, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 111, 112, 113, 118, 119, 121, 122, 145, 147, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 182, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 202, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 246, 254, 256, 258, 260, 267, 269, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 294, 295, 296, 297, 298

Psicologia escolar 177, 180, 191

R

Recursos tecnológicos 15, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 278, 280

Rotatividade 137, 199, 200, 201, 212, 213

S

Sequência didática 53, 59, 60, 61

Sistema único de saúde 13, 14, 15, 16

T

Tecnologias digitais 21, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242

Teorias cognitivistas 139, 141

Teorias da aprendizagem 139, 140, 148, 149, 151

Transição 19, 85, 86, 90, 91, 106, 166, 273

Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade 177

V

Vergnaud 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152

Vínculo 89, 124, 199, 200, 201, 206, 211, 212, 213, 272, 278

Vivências 46, 82, 85, 169, 172, 178, 180, 185, 190

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br